



OBSERVATÓRIO  
BRASILEIRO  
DO SISTEMA  
TRIBUTÁRIO



## **Imposto Seletivo: o que dizem as evidências científicas?**

Relatório Técnico do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, projeto de pesquisa da Universidade Federal de Goiás - UFG, em Parceria com o SINDIFISCO Nacional.

Goiânia e Brasília  
2024

OBSERVATÓRIO  
BRASILEIRO  
DO SISTEMA  
TRIBUTÁRIO



**Imposto Seletivo: o que dizem as evidências científicas?**

**Equipe Técnica**

Coordenador: prof. dr. Francisco Tavares

Pesquisadora Sênior: Maria Teresa Ruas Coelho

Bolsistas: Bruna Fernandes, Henrique Zago e Thais de Moraes

Goânia e Brasília  
2024

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### O quê?

Este estudo do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, realizado a propósito da iminente implementação de um Imposto Seletivo no Brasil, conforme competência instituída pela EC 132/2023, preenche uma lacuna no debate público sobre o tema. Pela primeira vez, compilam-se **evidências extraídas de artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos internacionais de alto impacto.**

### Como?

O estudo faz uma **análise qualitativa de todos os artigos publicados em periódicos de elevado impacto** – assim entendidos como aqueles situados no primeiro quartil do Citescore – quanto aos efeitos de tributos seletivos incidentes sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas nos preços dessas mercadorias, no comportamento dos consumidores e nos mercados ilegais.

### Principais Achados

- 1) **Tributos Seletivos Funcionam:** em geral, a imposição de tributos seletivos alcança impacto relevante sobre os preços das mercadorias tributadas e, por via transversa, sobre o comportamento de consumidores, com resultados potencialmente positivos em favor de bens jurídicos como saúde e meio ambiente;
- 2) **Tributos Seletivos Funcionam Melhor sob Alíquotas Elevadas:** a eficácia da tributação pigouviana destinada a elevar o preço de atividades nocivas depende de uma elevação significativa dos respectivos preços, o que pressupõe alíquotas altas.
- 3) **Tributos Seletivos Funcionam Melhor quando o Aspecto Material da Hipótese de Incidência é Amplo:** o comportamento dos consumidores em direção a atitudes saudáveis é mais provável quando mercadorias que podem substituir aquelas sobre as quais incidem impostos seletivos também são alcançadas por essas medidas.

- 4) **Não há evidência de que Tributos Seletivos Produzam Impacto sobre Ilegalidade ou Pirataria:** a produção científica sobre o tema em periódicos de alto impacto é escassa e não identifica correlação entre as chamadas *sin taxes* e o avanço de mercados ilegais.
- 5) **Tributos Seletivos Funcionam Melhor se Associados a Políticas Públicas Multissetoriais:** a eficácia do aumento de preços de tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas para a promoção de comportamentos saudáveis tende a ser otimizada quando as medidas fiscais se inserem em contextos definidos por um conjunto de políticas, devidamente avaliadas e monitoradas, em campos como saúde pública, informação, educação, atenção psicossocial e transferência de renda.
- 6) **O PLP 68/2024, que pretende regulamentar a EC 132/2024, necessita de aprimoramentos em sua tramitação,** para que ressoe as evidências científicas disponíveis em relação ao tema.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: o problema do Custo Social e a Política Tributária.</b>	<b>6</b>
<b>PREÇOS.....</b>	<b>11</b>
<b>COMPORTAMENTOS.....</b>	<b>14</b>
<b>ILEGALIDADES.....</b>	<b>16</b>
<b>O IMPOSTO SELETIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>17</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO - Relação e Detalhamento dos Artigos Perquiridos.....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO: o problema do Custo Social e a Política Tributária

O debate brasileiro acerca do Imposto Seletivo (IS) - tributo cuja competência em favor da União fora instituída pela EC 132/2023<sup>1</sup> - é a manifestação recente, em nosso país, de uma antiga e mundial controvérsia no campo tributário, que remete aos anos 1960, sobre o papel dos tributos na regulação econômica e no comportamento dos agentes. Uma miríade de teorias, modelos, levantamentos empíricos e análises sobre o tema tem sido publicada nas últimas décadas. A vastidão da produção científica não culminou, contudo, em consensos ou estabilidade sobre os caminhos que o Estado deve adotar quando se trata de impostos com fins preponderantemente regulatórios ou indutores de comportamentos.

De um lado, há quem proponha que os tributos, em particular aqueles cuja hipótese de incidência se atém ao consumo, sejam absolutamente “neutros”. Para esta corrente, tributos teriam uma função principal de levantar recursos para a burocracia estatal e residual de implementar redistribuição de riqueza ou renda. Não deveriam, portanto, influenciar sobre o comportamento dos agentes econômicos ou regulamentar distorções ocorrentes no mercado. A oferta e a demanda de bens e serviços não poderia se sujeitar a aspectos tributários, sob pena de criação, por meios governamentais, de novos custos de transação e ineficiências alocativas<sup>2</sup>. A premissa desta linha de pensamento - não casualmente prestigiada por intelectuais ligados à Sociedade de Mont Pèlerin - é de que as partes, independentemente das condições iniciais de alocação dos direitos de propriedade, encontrariam uma solução eficiente em suas negociações, acaso os custos de transação sejam inexistentes ou próximos disso (COASE, 1960). A promoção de

<sup>1</sup> A medida alterou a redação do art. 153 da Constituição, para acrescentar um oitavo inciso ao seu *caput*, assim versado: “ Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:(...) VIII- produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar”. Acrescentou-se, ainda, um parágrafo sexto ao artigo em referência, para dispor que o Imposto Seletivo não incidirá sobre exportações, exceto na extração, quando terá alíquota máxima de um por cento do valor de mercado do produto; será monofásico; não integrará a sua própria base de cálculo; não incidirá sobre operações com energia elétrica ou telecomunicações; poderá ter a mesma base de cálculo de outros tributos; e poderá ter alíquotas específicas, por unidade de medida ou *ad valorem*.

<sup>2</sup> Robert Coase sintetiza este argumento em seu clássico artigo “The Problem of Social Cost”: “A tax system which was confined to a tax on the producer for damage caused would tend to lead to unduly high costs being incurred for the prevention of damage” (COASE, 1960, p. 41).

comportamentos ou manipulação de preços por via tributária seria, sob esse prisma, tão ineficiente quanto incapaz de alcançar os resultados esperados

Opostamente, na esteira da centenária tese do economista Arthur C. Pigou, uma ampla corrente sustenta que os agentes de mercado tendem a produzir, em suas relações contratuais, externalidades que exigem um tratamento regulatório sob responsabilidade do Estado<sup>3</sup>. De modo sucinto, a ideia é que o preço praticado entre duas partes que se relacionam em um determinado contrato não traduz, necessariamente, o custo social da transação. Um fardo para terceiros não envolvidos na negociação (poluição, riscos à saúde pública, maior demanda por serviços públicos etc) seria transferido (externalizado) pelos sujeitos diretamente contratantes a uma coletividade mais ampla que não compõe, juridicamente, o vínculo contratual. Isto exigiria, em nome do bem-estar social, uma resposta reguladora do Estado (ente capaz de corrigir as imperfeições do mercado), em especial do Direito Tributário.

A trajetória desta discussão culminou, na atualidade, para a percepção de que a regulação dos mercados e a indução ou coibição de comportamentos por meios tributários encerram potenciais promissores. Ademais, o tempo se encarregou de dirimir uma gama de ruídos ou imprecisões no modo como Coase e os adeptos de seu teorema conceberam os tributos regulatórios. Primeiramente, o que se constata é que o prócer da análise econômica do direito procurou erigir uma argumentação centrada em problemas de responsabilidade civil, os quais não se definiram como o cerne dos estudos de Pigou (SIMPSON, 1996). Isto significa que uma discussão sobre quem deve pagar por um eventual dano decorrente de externalidades geradas por relações de direito privado (como ruído causado por uma oficina sobre um consultório médico) não diz respeito aos padrões de regulação macroeconômica das sociedades, orientados à promoção de condutas realizadoras de bem-estar coletivo ou à inibição das práticas nocivas, uma vez que estes estão mais próximos daquilo que o próprio Coase definiria como “delimitação inicial dos direitos” (SIMPSON, 1996)<sup>4</sup>. Nos países constitucionais e democráticos da

<sup>3</sup> Confira: “For every industry in which the value of the marginal social net product is less than that of the marginal private net product, there will be certain rates of tax, the imposition of which by the State would increase the size of the national dividend and increase economic welfare; and one rate of tax, which would have the optimum effect in this respect” (PIGOU, 2017, p. 129).

<sup>4</sup> Confira-se, a esse respeito, o seguinte trecho do trabalho jurídico-historiográfico de A. W. Brian Simpson, que foi publicado no mesmo periódico em que Coase apresentou o célebre “The Problem of Social Cost”:

atualidade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a saúde são elementos essenciais da condição jurídica inicial, de modo que a atuação estatal em sua defesa é tão exigível como a que se dá em relação à propriedade ou ao cumprimento dos contratos. Tributos são, ademais, parte da alocação inicial dos direitos de propriedade e do marco institucional-legal em que mercados operam, antes de limites, intervenções ou turbações sobre um *laissez-faire* pré-tributário (MURPHY and NAGEL, 2002). Não há dúvidas de que o sistema tributário é um meio legítimo, potencialmente eficaz e válido para a indução de comportamentos que favoreçam objetivos coletivamente pretendidos. As teses que flertam com pressupostos filosóficos anarco-liberais, em favor de figuras como tributos neutros, incapazes de incidirem sobre relações de mercado, assumidas como “naturais”, não encontram ressonância na realidade empírica de Estados constitucionais e sociedades democráticas. Não há, portanto, sentido histórico ou empírico em uma objeção por princípio à tributação seletiva de atividades nocivas ao bem-estar coletivo, para as quais o preço de mercado destoa significativamente do respectivo custo social. As polêmicas, assim, não recaem sobre a pertinência ou não destas cobranças enquanto tais, mas cingem-se ao modo como podem ser mais eficiente, democrática e equitativamente implementadas.

A ideia de um “Imposto Seletivo”, tal como disposta na redação do artigo 153, VIII, da Constituição da República, inserido por meio da EC 132/2023, assume, em nosso direito positivo, as premissas pigouvianas do debate acima sumarizado. O sistema constitucional tributário brasileiro, com efeito, determina que a tributação sobre o consumo possui expressa função regulatória, orientada à indução de comportamentos e à aproximação entre preço no mercado e custo social das atividades potencialmente nocivas à saúde ou ao meio ambiente. Está, portanto, ao menos sob o prisma do sistema constitucional vigente, superada a discussão acadêmica sobre a pertinência ou não de uma função

“Coase is critical of others for discussing the problem of social cost without specifying the institutional context, as by discussing, for example, *laissez-faire* without telling the reader what monetary, legal, or political system is assumed to be in force. However, he does not himself specify what other assumptions he's making about the state of the law. For example, in *Sturges v. Bridgman*, given a state of nature, Dr. Sturges might well have solved the problem by using his acquired military skills and bayoneting Mr. Bridgman, or Mr. Bridgman might have crowned the good doctor with one of his *lignumvitae* pestles operated by one man” (SIMPSON, 1996, p. 57).



reprecificadora (COBHAN, 2019, p. 137)<sup>5</sup> e indutora de comportamentos na tributação sobre o consumo. Há competência constitucional para a instituição de um imposto orientado à promoção, por meio de política tributária, dos direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente. Sob a premissa de que a facultatividade extrema e sem nuances da competência tributária é antes uma tese da advocacia privada do que um atributo do direito positivo (PINTO & TAVARES, 2022), conclui-se que a instituição do Imposto Seletivo sobre operações nocivas aos bens jurídicos em questão é um dever do Legislativo, uma vez que se trata de elemento inextricável do sistema constitucional de proteção e garantia desses valores constitucionais.

Remanesce, contudo, mormente com o início da tramitação do PLP 68/2024, que pretende regulamentar inúmeros aspectos da EC 132/2023, dentre os quais o Imposto Seletivo, uma dúvida que tem recebido pouca atenção no debate sobre o assunto em nossa sociedade. Em meio a pressões, lobbies, manifestos, declarações e opiniões emanados de diferentes setores e interesses, não se encontram respostas para a seguinte questão: **o que se extrai da literatura científica acerca dos impactos de impostos seletivos sobre comportamentos de agentes e preços de bens ou serviços?** Conhecer o estado da arte quanto à evidência empírica disponível acerca da matéria é um esteio necessário para que o debate se firme em solo minimamente rigoroso. Esta é a contribuição esperada deste estudo do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário.

Ressalva-se que incontáveis produções, não raramente definidas por rigor metodológico e teor inovador, têm como origem e meio de veiculação entidades como ONGs, *think tanks* e organismos multilaterais. O Banco Mundial, por exemplo, divulgou um consistente estudo em que são apresentadas robustas evidências acerca da potencialidade de tributos sobre alimentos ultraprocessados para a promoção da vida e da saúde, com proveitos e vantagens em particular para a população mais pobre (MAHDI, 2023). É, igualmente, o que sustentam estudos coletados e recomendações apresentadas pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2022), que, em síntese, declara que “tributos

<sup>5</sup> Confira-se: “less obvious may be the role of taxation in repricing - ensuring that the true public costs and benefits of social goods (like education and ill (such as tobacco consumption and carbon dioxide emission) are reflected in market prices” (COBHAN, 2019, p. 131).

sobre álcool, tabaco e bebidas açucaradas se provaram meios eficientes para prevenção de doenças e lesões<sup>6</sup>”.

Há, por outro lado, trabalhos ou textos de opinião que emergem à esfera pública com linguagem ou aparência de produções epistemicamente válidas, mas sob uma substância real de propaganda em favor de setores industriais. É o caso de um espaço midiático comprado por associação ligada à indústria tabagista (FNCP, 2024), em que se apresenta um único estudo publicado em periódico de baixíssimo fator de impacto e inferior avaliação no sistema CAPES (B3), com dados não apenas insuscetíveis de replicação, mas oriundos de uma empresa de pesquisas privada, que os teria disponibilizado aos autores por meio de “comunicação pessoal” (MARGARIDO *et. al.*, 2022).

Em um ambiente mais amplo de circulação de ideias e argumentos, excedente ao estrito espectro dos periódicos de melhor reputação, o que se vê é uma profusão de dados, estudos e argumentos emanados de organismos multilaterais em favor dos promissores efeitos de tributos seletivos sobre álcool, tabaco e bebidas açucaradas, ladeados por ações de agitação e propaganda dos setores industriais potencialmente afetados por estas medidas.

Aqui neste estudo, o objeto perquirido se ateve, de modo restrito, a pesquisas acadêmicas publicadas em periódicos de alto impacto. Este relatório foi elaborado com base na análise qualitativa de artigos científicos que tratam da adoção do imposto seletivo no contexto internacional. Para se chegar ao conjunto de artigos analisados, fez-se uma busca no repositório de periódicos CAPES<sup>7</sup> pelo termo “*sin tax*”, como o IS é conhecido em língua inglesa, abarcando os últimos 5 anos. A partir dos 79 resultados retornados, uma nova filtragem foi feita, manualmente, por meio de checagem na base Scopus<sup>8</sup>, selecionando apenas artigos publicados em periódicos de alto impacto, classificados no primeiro quartil do CiteScore. Feita, ainda, a exclusão de quatro artigos

<sup>6</sup> Tradução livre. Texto original: “SSB, tobacco, and alcohol taxes have proven to be cost-effective ways of preventing diseases, injuries, and premature mortality”.

<sup>7</sup> O repositório pode ser acessado em: <[https://www.periodicos-capes.gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/](https://www.periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/)>.

<sup>8</sup> A base pode ser acessada em: <<https://www.scopus.com/sources.uri>>.

retornados, pela indisponibilidade de acesso, restaram 31 artigos, listados em Anexo, que compreenderam o escopo de análise.

Os artigos foram lidos e, para a análise, considerou-se o resumo, a introdução e as considerações finais. Foi dado enfoque ao tipo de imposto abordado em cada artigo; se foi feita uma avaliação positiva ou negativa quanto à adoção do IS; e conclusões sobre o escopo de sucesso ou fracasso da política de tributação adotada, abarcando recomendações no sentido de refinamento do desenho do imposto para garantir ou potencializar sua efetividade.

A seguir, outras três seções são reservadas para a discussão de três tópicos que aparecem como relevantes nos estudos sobre o imposto seletivo: a alteração de preços promovida; a capacidade de modificar os padrões de consumo e comportamentos; e a possibilidade de surgimento de mercados ou práticas ilegais com o objetivo de driblar os efeitos do imposto. Finalmente, em uma quarta seção, discutimos, à luz das evidências coletadas, as previsões feitas pelo Projeto de Lei Complementar que regulamenta a EC 132/2023 no tocante à instituição do imposto seletivo para um conjunto de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

## **PREÇOS**

Um primeiro efeito que se espera do imposto seletivo, que antecede quaisquer modificações de comportamento dos consumidores, consiste no aumento de preços dos produtos afetados. Avaliar essa dinâmica é uma preocupação comum nos artigos analisados. Neste tópico, o principal desafio identificado para a efetividade do imposto consiste no fato de que incide sobre produtos com alto potencial viciante, cuja demanda tende a ser inelástica. Esta tendência, contudo, não se traduz em um veredicto de inefetividade do imposto. Ao contrário, aponta para a necessidade de que a alteração de preços não seja irrisória a ponto de não representar custos reais para a escolha de consumidores que, de fato, apresentem uma relação de dependência com os produtos. Ou seja, as alíquotas devem ser altas.

Os artigos analisados ilustram essa afirmativa em diferentes experiências de implementação do *sin tax*. O estudo realizado pelos autores Verguet, Kearns e Rees (2021), por exemplo, defende a necessidade de adotar alíquotas mais agressivas sobre o tabaco, afirmando que tal política é capaz de reduzir o consumo e de aumentar as receitas públicas. Mostra ainda que, quando as receitas provenientes do reforço de tributação sobre o tabaco são adequadamente redirecionadas para a população de baixa renda, o caráter regressivo do imposto seletivo pode ser neutralizado.

A experiência das Filipinas, por sua vez, representa um caso no qual a demanda apresentou-se como altamente inelástica, mesmo frente a aumentos significativos nos preços do tabaco (CHENG; ESTRADA, 2020; 2021; 2022). Apesar disso, os pesquisadores reforçam a importância de ações políticas no sentido de promover a redução dos níveis de tabagismo. A resistência dos consumidores em modificar seus padrões de consumo no caso do tabaco é esperada, dado o caráter viciante do produto. Portanto, os autores dos estudos asseveram a necessidade de que medidas específicas adicionais sejam adotadas, como a proibição de propagandas relacionadas ao tabaco, a restrição da venda e dos locais em que é permitido o consumo, além de programas de desestímulo ao tabagismo, por meio da conscientização sobre os seus efeitos negativos (CHENG; ESTRADA, 2020; 2021; 2022).

Ressaltamos, ainda, as conclusões do estudo de Øvrebø *et al.* (2020), que atribui o insucesso da política adotada no caso norueguês em promover a redução do consumo de doces e refrigerantes ao fato de que a alteração nos preços foi muito pequena. Sobretudo no caso de produtos que não são identificados com os níveis de dependência provocados pelo álcool e pelo tabaco, a questão dos preços aparece como fator essencial na determinação do escopo de efetividade do imposto seletivo.

Ainda no âmbito da reprecificação, há quem sustente que, elevado o preço e reduzida a demanda pelos produtos tributados, poderia ocorrer uma externalidade atinente à redução de postos de trabalho nos setores correspondentes e, à míngua de readequação alocativa, tendências de retração econômica. Um dos estudos que compreende o rol aqui perquirido tratou deste aspecto. Debruçado sobre a Zâmbia, que

poderia ser considerada um caso crítico de tipo “mais provável” (FLYVBJERG, 2001)<sup>9</sup>, em que, se isto poderia ocorrer em algum lugar, seria naquele país, onde a indústria do açúcar contribui com 3% do PIB e 6% das exportações do país. Mesmo sob tais condições, um tributo seletivo sobre bebidas açucaradas não provocou efeitos externos deletérios sobre a atividade econômica. Os autores do paper discutem se, sob alíquotas maiores (a incidente é de 3%) poderia ser outro o caso, mas ressaltam que a evidência disponível assegura que, com adequado monitoramento para que a demanda minguante em um setor não saudável flua para outro e com políticas que levem em consideração o contexto em que são aplicadas, esse risco é controlável (HAGOMA & SURGEY, 2019). Ademais, é necessário conferir à conta sobre os efeitos da retração em atividades como produção de cigarros ou alimentos ultraprocessados a devida ponderação com os fatores de produção (trabalhadores saudáveis, menos dias parados em razão de licenças médicas etc) e realocações (conversão industrial de fábricas de bebidas açucaradas para linhas de produção de sucos naturais, por exemplo).

Conforme se conclui da bibliografia mais recente, a avaliação dos impactos de tributos pigouvianos deve ser complementada por uma igual aferição do custo social das atividades que se pretende inibir (EDENHOFER *et. al.*, 2021). Estudos com este escopo têm emergido, a exemplo de recente trabalho que estima em 12% (doze por cento) a queda do PIB global para cada grau centígrado de elevação da temperatura planetária em razão da emissão de gases de efeito estufa (BILAL & KANZIG, 2024) ou os recorrentes trabalhos sobre o custo do tabagismo, como um recente levantamento que estima em mais de R\$ 125 bilhões de reais anuais o custo para o Brasil decorrente do tabagismo (PINTO *et. al.*, 2024).

<sup>9</sup> Casos críticos são situações metodologicamente promissoras, em que, com base em um único caso, é possível produzir generalizações. Um exemplo emblemático é o do experimento sobre a aceleração da gravidade como indiferente ao peso do objeto, quando testada com uma pena e uma peça de chumbo. Como afirma o autor aqui citado, são condições em que “if it is valid for this case, it is valid for all cases” (FLYVBJERG, 2001, p. 78).

## COMPORTAMENTOS

Tributos seletivos modificam o comportamento dos consumidores e provocam a redução do consumo dos produtos prejudiciais à saúde por meio do aumento de preços. Assim confirma a evidência empírica estampada nos artigos analisados (FEARNE *et al.*, 2021; MIRACOLO *et al.*, 2021). A dúvida cinge-se ao grau de sucesso da política de tributação majorada dos produtos nocivos. Nesse sentido, os estudos apontam a necessidade de ações complementares à simples aplicação de um imposto diferenciado e chamam a atenção para possíveis efeitos de substituição, em que os bens sobretaxados passam a ser substituídos por outros similares, que estejam fora do escopo de incidência do IS. Ou seja: a evidência disponível sugere que os tributos seletivos são exitosos em seus objetivos e tendem a sê-lo de modo ainda mais nítido quando aplicados em um espectro amplo o bastante para que os consumidores não troquem um produto nocivo por outro. Para o caso brasileiro, isso sugere como poderia ser pertinente um Imposto Seletivo sobre todos os alimentos ultraprocessados, em vez de apenas algumas bebidas açucaradas.

No artigo de Aguilar, Gutierrez e Seira (2021), que se debruçou sobre a experiência mexicana, observou-se que a taxação de bebidas com alto teor de açúcar e de comidas com excesso de carboidratos diminuiu o consumo dessas mercadorias, mas não foi capaz de alcançar resultados significativos na redução dos níveis de obesidade e de problemas consequentes por causa do efeito de substituição. Na medida em que os consumidores passaram a comprar produtos similares e que não foram afetados pelo imposto, o conjunto de nutrientes ingeridos pela população não sofreu grandes alterações. Dessa maneira, as alterações promovidas nos padrões de consumo não ocasionaram mudanças no sentido de promover uma alimentação mais saudável, mas isso se deu não em razão do tributo seletivo, mas, opostamente, como decorrência do modo tímido como fora implementado.

Reforça esse entendimento o estudo de Zhang *et al.* (2021), que aborda o caso dos Estados Unidos, revelando que os impostos sobre bebidas açucaradas, embora tenham reduzido o consumo dos produtos tributados, enfrentaram desafios de evasão, como

compras transfronteiriças e substituição por bebidas não tributadas. Nesse caso, portanto, não somente a seleção insuficientemente abrangente de produtos a serem afetados pelo imposto seletivo minou a efetividade da política, como também a dinâmica do federalismo estadunidense. A afetação do tributo à União, portanto, parece ser um acerto do constituinte derivado ao redigir a Emenda Constitucional 132/2023.

As conclusões de Barry *et al.* (2023), analisando a eficácia das políticas fiscais para fomentar uma alimentação mais saudável, apontam para as mesmas conclusões: o imposto seletivo é eficaz em reduzir o consumo dos produtos em que incide, mas não é efetivo se a política não considera os produtos nocivos à saúde em uma perspectiva abrangente.

Os estudos de Hoy, Wrenn (2020) e Jones-Smith *et al.* (2022), por seu turno, corroboram a efetividade do imposto seletivo sobre produtos com alto teor de açúcares, mas ressaltam o seu caráter regressivo e um efeito mais intenso sobre agregados familiares de baixa renda. Ao mesmo tempo, Jones-Smith *et al.* (2022) indicam que a política adotada em algumas cidades estadunidenses previu o redirecionamento das receitas provenientes do imposto para políticas que beneficiassem as famílias de baixa renda, de modo que seu desenho tornou o imposto, na prática, menos regressivo.

Quanto ao álcool, no estudo “The effect of changes in alcohol tax differentials on alcohol consumption” (GEHRSTZ, M.; SAFFER, H.; GROSSMAN, M., 2021), o imposto seletivamente vinculado ao teor alcoólico em cada produto, tributando mais bebidas destiladas e vinhos em relação a cervejas, tornou mais intenso o fenômeno de substituição. Os indivíduos mantiveram o consumo alcoólico, apenas substituindo o tipo de bebida consumida.

Finalmente, os anteriormente citados estudos feitos por Cheng e Estrada (2020; 2021; 2022), analisando o imposto seletivo sobre o tabagismo nas Filipinas, apontam que o caráter viciante dos produtos tende a tornar a demanda mais inelástica, o que leva a políticas adicionais para a garantia de efetividade do imposto. Os autores defendem, nesse sentido, que os governos devem complementar o aumento dos preços por meios tributários com políticas públicas relacionadas à prevenção, controle e tratamento da dependência de nicotina.

Em suma, a experiência internacional indica que o escopo de efetividade do imposto seletivo, no sentido de reduzir o consumo de produtos nocivos à saúde pode se potencializar com ações e mecanismos adicionais. Tendo em vista o caráter viciante dos produtos em questão e o efeito de substituição nos padrões de consumo, é fundamental aplicar alíquotas elevadas, considerar uma gama ampla de produtos e não estabelecer exceções entre mercadorias similares quanto aos seus efeitos negativos. É importante também que o desestímulo à produção desses itens seja acompanhado do incentivo aos produtores de alternativas saudáveis para que se tornem acessíveis aos consumidores.

## ILEGALIDADES

Um dos argumentos mais utilizados em oposição ao imposto seletivo consiste em que, supostamente, o aumento dos preços dos produtos, decorrente da maior taxaço incidente, viria a fomentar práticas ilegais (FNPC, 2024). No levantamento realizado, encontramos apenas 2 artigos que tratam do problema e eles não apresentam evidências minimamente confiáveis quanto à possibilidade do IS estar correlacionado ao aumento da ocorrência de ilegalidades, o que lança descredibilidade sobre esta tão frequente tese.

No artigo “Analysing the trend of illicit tobacco in the Philippines from 1998 to 2018” (LAVARES *et al.*, 2021), o argumento da indústria do tabaco quanto à expectativa de crescimento do comércio ilícito de cigarros nas Filipinas após a reforma tributária implementada no país em 2012 foi empiricamente falseado. Após identificarem uma queda no consumo de cigarros legais nos anos seguintes à implementação do Imposto Seletivo, os autores avançam na análise dos dados e, comparando informações de surveys sobre o consumo diário de cigarros com dados sobre as vendas no mercado legal, obtêm o tamanho da economia ilegal com a diferença encontrada. Assim, descobrem que, entre 1998 e 2018, “ não há nenhuma evidência de uma relação direta entre tributos sobre tabaco e evasão/elisão fiscal nas Filipinas”<sup>10</sup> (LAVARES *et. al.* 2021, p. 13).

Há, ainda, um anômalo caso no vasto material trabalhado, a merecer específica discussão. O artigo “Do sin tax hikes spur cheating in interpersonal exchange?”

<sup>10</sup> Tradução livre. No original: “there is no evidence of a direct relationship between tobacco taxes and tax evasion/avoidance in the Philippines”.



(KENCHINGTON, D. G. *et al.*, 2022) discutiu a possibilidade de terceirização dos ônus com o tributo seletivo desde os consumidores direitos dos produtos nocivos para terceiros. O estudo indicou que taxistas da cidade de Nova Iorque afetados pela maior tributação do tabaco teriam propensão a fraudarem seus clientes durante as corridas. Uma leitura apressada e metodologicamente pouco cuidadosa poderia desencadear interpretações quanto a um não comprovado liame causal entre tributos seletivos e menor adequação cívico-normativa das pessoas afetadas. Ocorre que dois dos mesmos autores do estudo acima publicaram, em 2023, no mesmo periódico, um paper com a mesma base social (taxistas da cidade de Nova Iorque) e encontraram uma correlação entre o uso de veículos híbridos por taxistas e maior tendência a fraudarem clientes (MILLAR *et. al.* 2023). O artigo, repleto de problemas metodológicos, deu origem a uma nota de discussão na própria revista, em que os limites e insuficiências do trabalho ficaram evidentes (BOCHKAY, 2023).

Ora, se nos periódicos de elevado fator de impacto, ao longo dos últimos 5 anos, apenas dois artigos discutem a relação entre impostos seletivos e ilegalidade, sendo que um afasta diretamente essa hipótese e outro, com sérios problemas metodológicos, se limita a tratar da terceirização, por consumidores, dos efeitos de eventual majoração de preço, fica claro que a recorrente referência a esta correlação pela indústria de produtos como tabaco é mais lastreada em ideologia<sup>11</sup> do que em ciência.

## **O IMPOSTO SELETIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA**

O Projeto de Lei Complementar 68/2024, que pretende regulamentar a Emenda Constitucional 132/2023, prevê a instituição do imposto seletivo sobre a produção, extração, comercialização ou importação dos seguintes produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente: “I - veículos, embarcações e aeronaves; II - produtos fumígenos

<sup>11</sup> Vide o único artigo mencionado nas intervenções públicas da indústria tabagista, que não atende a padrões acadêmicos necessários para sua predicação como de elevada qualidade, conforme se expôs acima, no primeiro parágrafo da página 4 deste relatório.

(charutos, cigarrilhas, cigarros artesanais, tabaco para narguilé, fumo para cachimbos); III - bebidas alcoólicas; IV - bebidas açucaradas; V - bens minerais extraídos.” (BRASIL, 2024),

No caso dos automóveis, a alíquota incidente irá variar, podendo ser maior ou menor conforme aspectos relacionados à sua densidade tecnológica, desempenho e potência, como também à medida de sua pegada de carbono, eficiência energética e possibilidade de que seus materiais sejam reciclados e amplitude da pegada de carbono que deixa. Há, portanto, uma iniciativa tímida neste caso, que é limitada ainda pelas isenções previstas no projeto de lei complementar, quais sejam: veículos vendidos a pessoas com deficiências ou a motoristas profissionais, bem como automóveis e comerciais leves e considerados “sustentáveis”. Importa ressaltar que, ao elencar tais isenções fiscais, o projeto de lei complementar cria um oxímoro, que forçosamente atribui um caráter sustentável a automóveis<sup>12</sup>, utilizando para isso uma delimitação aberta e extensiva dos critérios de sustentabilidade. Ademais, ao não implementar em solo brasileiro uma autêntica “carbon tax”, voltada a precificar todas as emissões de gases de efeito estufa, a proposta de legislação escapa à tese de que tributos seletivos devem possuir amplo espectro, sob pena de não alcançarem os seus propósitos. O país fica, ainda, sujeito ao chamado “colonialismo verde” (LANG *et. al.* , 2023), em que países hegemônicos controlam a política climática das nações periféricas e sobre elas exercem poder, como se dá no exemplo das Carbon Border Adjustment Measures da União Europeia.

No caso dos produtos fumígenos, o projeto de lei complementar reconhece, sem ressalvas, a importância e efetividade da adoção de políticas fiscais para desestimular o tabagismo, enquanto parte de uma política de saúde pública, além de ressaltar o aumento de arrecadação consequente. A exposição de motivos cita tanto literatura especializada quanto a própria experiência brasileira, na medida em que adotamos uma combinação entre alíquotas ad valorem e alíquotas que incidem especificamente sobre a

<sup>12</sup> Veículos individuais são irremediavelmente nocivos em meio ambiente e à saúde, ao tempo em que se definem como uma das maiores causas de morte evitável em razão de crimes de trânsito (eufemisticamente chamados de acidentes); demandam vasta impermeabilização do espaço urbano, com repercussão na temperatura e nas condições de vida das cidades; quando movidos a combustíveis fósseis, acirram o quadro de mudanças climáticas diretamente; quando elétricos, criam problemas com extração de lítio, descarte de baterias e geração de energia para recarga; e quando movidos a etanol suscitam uso rival de monoculturas de cana com áreas de florestas ou destinadas à agricultura familiar. Sobre o tema, confira-se LUDD, 2005.

produção de cigarros. O projeto de lei complementar propõe, assim, manter a seletividade que já recai sobre os cigarros e estendê-la para outros produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.

Aqui podemos utilizar mais diretamente os insumos do levantamento bibliográfico exposto anteriormente. Com base nas evidências apresentadas, considerar uma gama mais ampla de produtos é fundamental para prevenir efeitos de substituição, bem como a adoção de alíquotas suficientemente altas para que representem, de fato, um custo a pesar nas escolhas dos consumidores. Além disso, o projeto de lei complementar prevê a aplicação de pena de perdimento nas hipóteses em que o transporte, depósito ou venda dos produtos fumígenos não possuam a documentação fiscal comprobatória de sua procedência. Tal mecanismo visa a reprimir o desenvolvimento de mercados ilegais desses produtos, de modo que se mostra como uma política com a abrangência necessária e que acessa os problemas identificados na literatura para a garantia de resultados significativos.

Quanto às bebidas alcoólicas, o projeto de lei complementar prevê que as alíquotas incidentes devem ser estabelecidas de acordo com o teor alcoólico dos produtos. O argumento utilizado consiste em que os malefícios do álcool estão relacionados ao seu consumo excessivo. Esse argumento, todavia, não dá respaldo para a orientação de gradação das alíquotas por teor alcoólico, na medida em que o consumo em grandes quantidades de bebidas que tenham menor porcentagem de álcool produzem os mesmos efeitos negativos que o consumo de bebidas que já tenham maior percentual alcoólico.

Com base, ainda, nas evidências anteriormente expostas, tal desenho do imposto seletivo abre espaço para que ocorra o efeito de substituição, em que consumidores potencialmente passarão a consumir bebidas de menor teor alcoólico, em maiores quantidades. Assim, o objetivo de reduzir o consumo de álcool tende a não ser alcançado na extensão necessária, enquanto se corre o risco de que a política produza estímulos para as indústrias do setor que produzem bebidas de menor teor alcoólico. À míngua de evidências científicas que respaldem essa escolha, fica a hipótese de *lobby* da pujante indústria cervejeira brasileira como uma explicação a se investigar.

O projeto de lei complementar também prevê a incidência do imposto sobre bebidas açucaradas e, novamente, chamamos a atenção para a necessidade de que se considere uma seleção compreensiva de produtos a serem tributados para prevenir o efeito de substituição. Do contrário, a política tende à inefetividade. Também ressaltamos a necessidade de que haja uma elevação substancial nos preços desses produtos e em mecanismos que redirecionem as receitas provenientes do imposto para outros produtos mais saudáveis que sirvam como substitutivos. Afinal, os preços baixos e a praticidade desses produtos costumam gerar incentivos para seu consumo contínuo.

A restrição do imposto seletivo às bebidas açucaradas, desconsiderando produtos alimentícios ultraprocessados, também é fator preocupante. É importante ressaltar que tais produtos também possuem efeitos extremamente prejudiciais à saúde e requerem um esforço ativo do Estado em desestimular seu consumo. Para isso, reforçamos, é necessário considerar uma seleção abrangente de produtos e que a produção de alternativas saudáveis que sirvam de substitutivos seja estimulada. Um aspecto problemático, ademais, é a retirada dos produtos com redução de alíquota de 60% do imposto seletivo, o que exige cautela e restritividade na formulação dessa lista em relação a alimentos, como medida adicional à ampliação da lista de mercadorias sujeitas ao imposto seletivo.

Finalmente, quanto à mineração, o projeto prevê uma restrição ao minério de ferro, gás natural e petróleo, o que parece ter explicação mais fiscal-arrecadatária do que extrafiscal-ambiental. É prevista, ainda, a redução da alíquota a zero para o gás natural que seja destinado à utilização como insumo em processo industrial. Em matéria climática (veículos e mineração) o imposto seletivo parece reproduzir a metáfora lançada pela ambientalista Naomi Klein diante da timidez do que fora acordado em 2015, na COP de Paris, em relação à maior ameaça jamais enfrentada pela espécie humana, atinente às mudanças climáticas antropogênicas:

É como dizer: 'Reconheço que vou morrer de ataque cardíaco se não baixar radicalmente a minha pressão arterial. Reconheço que, para fazer isso, preciso cortar álcool, alimentos gordurosos e exercícios todos os dias. Portanto, vou me exercitar uma vez por semana, comer quatro hambúrgueres em vez de cinco e só beber compulsivamente duas vezes por semana e você tem que me chamar de herói porque eu nunca fiz isso antes e você não tem ideia de como eu costumava ser preguiçoso. (BENNET, 2015)<sup>13</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate brasileiro sobre o imposto seletivo tem ganhado tração junto à sociedade civil e chega ao Parlamento no contexto da tramitação do PL 68/2024, que pretende regulamentar a Emenda Constitucional 132/2023. Há, porém, pouca compreensão quanto às evidências empíricas disponíveis em pesquisas científicas publicadas nos periódicos internacionais mais qualificados. À falta deste elemento, a controvérsia fica sujeita a *lobbies*, propagandas e proposições de políticas baseadas em interesses não declarados.

Este breve estudo preenche esta lacuna e entrega à sociedade brasileira uma compilação dos mais sólidos achados empíricos sobre o tema. Em síntese, o estado da arte científico indica que:

- i) tributos seletivos sobre produtos nocivos à saúde funcionam, ao tempo em que produzem impacto sobre o preço desses bens e o comportamento dos seus consumidores;
- ii) esses tributos funcionam melhor quando as alíquotas são elevadas e seu espectro de abrangência é amplo;
- iii) impostos seletivos devem se associar a políticas públicas multissetoriais, que levem em consideração o contexto social em que são aplicadas e os reforcem com práticas como educação, atenção psicossocial, garantia de saúde pública, combate à ilegalidade, além de avaliação e monitoramento dos resultados das medidas extrafiscais, para quem alcancem desfechos otimizados;

<sup>13</sup> Tradução livre. No original: ““It’s like going: ‘I acknowledge that I will die of a heart attack if I don’t radically lower my blood pressure. I acknowledge that in order to do that I need to cut out alcohol, fatty foods and exercise everyday. I therefore will exercise once a week, eat four hamburgers instead of five and only binge drink twice a week and you have to call me a hero because I’ve never done this before and you have no idea how lazy I used to be.””

iv) o PLP 68/2024 necessita de aprimoramentos, como mencionados no corpo deste relatório, para que alcance de modo mais pleno a defesa dos objetivos constitucionais associados ao Imposto Seletivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, A.; GUTIERREZ, E.; SEIRA, E.. **The effectiveness of sin food taxes: Evidence from Mexico**. Journal of Health Economics, v. 77, maio, 2021. DOI 10.1016/j.jhealeco.2021.102455. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167629621000400?via%3Dihub>. Acesso em: 19 Abr. 2024.

BARRY, LUKE E.; KEE, FRANK; WOODSIDE, JAYNE; CLARKE, MIKE; CAWLEY, JOHN; DOHERTY, EDEL; CREALEY, GRAINNE E.; DUGGAN, JIM; O'NEILL, CIARAN.. **An umbrella review of the effectiveness of fiscal and pricing policies on food and non-alcoholic beverages to improve health**. Wiley On. Library. Vol. 24, Issue 7. e13570. 2023. DOI 10.1111/obr.13570. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/obr.13570>. Acesso em: 22 Abr. 2024.

BENNET, Owen. Paris Climate Summit Was Like Agreeing To Cut Down From Five Burgers A Day To Just Four, Says Naomi Klein. **The Huffington Post UK**, December 14, 2015. Disponível em: [https://www.huffingtonpost.co.uk/2015/12/14/naomi-klein-paris-climate-change\\_n\\_8804658.html](https://www.huffingtonpost.co.uk/2015/12/14/naomi-klein-paris-climate-change_n_8804658.html). Acesso em 7 de junho de 2024.

BILAL, A.; KÄNZIG, D. R. **The Macroeconomic Impact of Climate Change: Global vs. Local Temperature**. National Bureau of Economic Research, *working paper* 32450, maio de 2024. Disponível em: [https://www.nber.org/papers/w32450?utm\\_campaign=ntwh&utm\\_medium=email&utm\\_source=ntwg1](https://www.nber.org/papers/w32450?utm_campaign=ntwh&utm_medium=email&utm_source=ntwg1). Acesso em: 22 maio. 2024.

BOCHKAY, K. Discussion of “Do green business practices license self-dealing or prime prosociality? Cross-domain evidence from environmental concern triggers”. **Accounting, organizations and society**, p. 101539–101539, 1 jan. 2024.

CHENG, K ; ESTRADA, M.. **A dichotomy of smokers in the Philippines following sin tax reform: Distinguishing potential quitters from those unlikely to quit**. PLoS One, outubro, 2022, DOI 10.1371/journal.pone.0275840. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9560617/>. Acesso em: 9 Abr. 2024.

CHENG, K ; ESTRADA, M.. **Cost-effectiveness analysis of the 2019 cigarette excise tax reform in the Philippines**. Preventive Medicine, v. 145, abril, 2021, DOI 10.1016/j.ypmed.2021.106431. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0091743521000153>. Acesso em: 10 Abr. 2024.

CHENG, K ; ESTRADA, M.. **Price Elasticity of cigarette smoking demand in the Philippines after the 2012 Sin Tax Reform Act**. Preventive Medicine, v. 134, maio, 2020, DOI 10.1016/j.ypmed.2020.106042. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0091743520300669>. Acesso em: 5 Abr. 2024.

COASE, R. H. The problem of social cost. **The Journal of Law and Economics**, Vol. III, 1960, pp. 1-44. Disponível em: <https://www.law.uchicago.edu/sites/default/files/file/coase-problem.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2024.

COBHAN, Alex. Procuring Profit Shifting:the State role in tax avoidance. In: ALSTON, P.; REISCH, Nikki (eds). **Tax, Inequality, and Human Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

EDENHOFER, O.; FRANKS, M.; KALKUHL, M. Pigou in the 21st Century: a tribute on the occasion of the 100th anniversary of the publication of The Economics of Welfare. **International Tax and Public Finance**, v. 28, n. 5, p. 1–32, 19 jan. 2021.

FEARNE, ANDREW ; BORZINO, NATALIA; IGLESIA, DE LA BEATRIX; MOFFATT, PETER; ROBINS, MARGARET.. **Using supermarket loyalty card data to measure the differential impact of the UK soft drink sugar tax on buyer behaviour**. Journal of Agricultural Economics. 2021. DOI 10.1111/1477-9552.12462. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356117940>. Acesso em: 23 de Abr. 2024.

FLYVBJERG, Bent. **Making social science matter : why social inquiry fails and how it can succeed again**. Oxford, Uk ; New York: Cambridge University Press, 2001.

FNCP - Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade. Como a tributação pode incentivar ou frear o mercado ilegal no Brasil. **Portal Jota**, 21 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/como-a-tributacao-pode-incentivar-ou-frear-o-mercado-ilegal-no-brasil-21052024?non-beta=1>. Acesso em 7 de junho de 2024.



GEHRSTZ, M.; SAFFER, H.; GROSSMAN, M.. **The effect of changes in alcohol tax differentials on alcohol consumption.** Journal of Public Economics, v. 204, dezembro, 2021. DOI 10.1016/j.jpubeco.2021.104520. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272721001560?via%3Dihub>. Acesso em: 19 Abr. 2024.

HAMILTON, D.; HURVITZ, P. M.; KRIEGER, J.. **Sweetened beverage taxes: Economic benefits and costs according to household income.** Food Policy, v. 110, julho, 2022, 102277. DOI 10.1016/j.foodpol.2022.102277. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306919222000574?via%3Dihub>. Acesso em: 10 Abr. 2024.

HANGOMA, P.; SURGEY, G.. **Contradictions within the SDGs: are sin taxes for health improvement at odds with employment and economic growth in Zambia.** Global Health, 15, 18 December, 2019. DOI 10.1186/s12992-019-0510-x. Disponível em: <https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12992-019-0510-x#citeas>. Acesso em: 18 Abr. 2024.

HOY, K. A.; WRENN, D. H.. **The effectiveness of taxes in decreasing candy purchases.** Food Policy, v. 97, dezembro, 2020, 101959. DOI 10.1016/j.foodpol.2020.101959. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306919220301639?via%3Dihub>. Acesso em: 10 Abr. 2024.

JONES-SMITH, J. C.; KNOX, M. A.; COE, N. B.; WALKINSHAW, Lina P.; SCHOOF, J.; KENCHINGTON, D. G.; SHOHFI, T. D.; SMITH, J. D.; WHITE, R. M.. **Do sin tax hikes spur cheating in interpersonal exchange?.** Accounting, Organizations and Society, v. 96, 2022, 101281, ISSN 0361-3682. DOI 10.1016/j.aos.2021.101281. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368221000593?via%3Dihub>. Acesso em: 4 Abr. 2024.

LANG, Mirian; BRINGEL, Breno; MANAHAN. Mary Ann. (orgs). **Más allá del colonialismo verde: Justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales.** Buenos aires: Clacso, 2023. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2023/11/Mas-alla-colonialismo.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

LAVARES, M. P.; ROSS, H.; FRANCISCO A.; DOYTH, N.. **Analysing the trend of illicit tobacco in the Philippines from 1998 to 2018.** Tobacco Control, v. 31, n. 6, 2022, p. 701-706.

Disponível em: <https://tobaccocontrol.bmj.com/content/31/6/701>. Acesso em: 22 Abr. 2024.

LUDD, Ned (org.). **Apocalipse motorizado**: a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

MAHDI, Shireen. Tributação de alimentos ultraprocessados: vantagem para todos. **The World Bank**, Opinião, 5 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2023/11/05/brasil-tributacao-alimentos-ultraprocessados-vantagem-para-todos>. Acesso em 6 de junho de 2024.

MARGARIDO, M. A.; SHIKIDA, P. F. A.; KOMESU, D. K. Elasticidades no mercado brasileiro de cigarros. **Práticas de Administração Pública**, v. 6, n. 2, p. 65–90, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/84176/61998>. Acesso em 7 de junho de 2024.

MILLAR, M. et al. Do green business practices license self-dealing or prime prosociality? Cross-domain evidence from environmental concern triggers. **Accounting Organizations and Society**, p. 101497–101497, 1 ago. 2023.

MIRACOLO, A.; SOPHIEA, M.; MILLS, M.; KANAVOS, P.. **Sin taxes and their effect on consumption, revenue generation and health improvement: a systematic literature review in Latin America. Health Policy and Planning**, v. 36, Issue 5, junho, 2021, p. 790-810. DOI 10.1093/heapol/czaa168. Disponível em: <https://academic.oup.com/heapol/article/36/5/790/6246142>. Acesso em: 17 Abr. 2024.

MURPHY, L. B.; NAGEL, T. **The myth of ownership : taxes and justice**. Oxford: Oxford University Press, 2002

NGIRABEGA, JEAN DE DIEU; TWUNGUBUMWE, N; PULAKKAL, NANDAN K; BAHATI, PRINCE N; KAMALI, ANATOLI, KIBIKI, GIBSON S. **PO 8569 Inovative domestic financing for health research e development in the east African community**. *BMJ global health* 4.Suppl 3 (2019): A55. DOI 10.1136/bmjgh-2019-EDC.144. Disponível em: [https://gh.bmj.com/content/4/Suppl\\_3/A55.1](https://gh.bmj.com/content/4/Suppl_3/A55.1). Acesso em: 22 Abr. 2024.

ØVREBØ, B.; HALKJELSVIK, T. B.; MEISFJORD, J.R.. **The effects of an abrupt increase in taxes on candy and soda in Norway: an observational study of retail sales**. *Int J Behav Nutr Phys Act*, 17, n. 115, 14 set., 2020. DOI 10.1186/s12966-020-01017-3. Disponível em:

<https://ijbnpa.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12966-020-01017-3#citeas>. Acesso em: 12 Abr. 2024.

PIGOU, A. C. **The economics of welfare**. London ; New York: Routledge, 2017.

PINTO, É. G.; TAVARES, F. M. M. Em busca dos Direitos Fundamentais:: parâmetros para uma reconstrução dogmática do Direito das Finanças Públicas. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 125, 30 dez. 2022.

PINTO, M.; BARDACH, A.; COSTA, M.G.d.; SIMÕES e SENNA, K.M.; BARROS, L.B.; MORAES, A.C.; CAIROLI, F.R; AUGUSTOVSKY, F.; ALCARAZ, A.; Palacios, A.; CASARINI, A.; PICHON-RIVIERI, A. **Carga da doença e econômica atribuível ao tabagismo no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos**. Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, Buenos Aires, Argentina. Maio de 2024. Disponível em: [tabaco.iecs.org.ar](http://tabaco.iecs.org.ar). Acesso em 07 de junho de 2024.

SIMPSON, A. Brian. “Coase v. Pigou” Reexamined. **The Journal of Legal Studies**, v. 25, n. 1, p. 53–97, jan. 1996.

VERGUET, S.; KEARNS, P. K. A.; REES, V. W.. **Questioning the Regressivity of Tobacco Taxes: A Distributional Accounting Impact Model of Increased Tobacco Taxation**. Tobacco control, 2021. DOI 10.1136/tobaccocontrol-2019-055315. Disponível em: <https://tobaccocontrol.bmj.com/content/30/3/245>. Acesso em: 15 Abr. 2024.

WHO - World Health Organization. **Fiscal Policies to Promote Healthy Diets: policy brief**. 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/355965/9789240049543-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em 7 de junho de 2024.

ZHANG, QI; MCCLUSKEY, J. J.; GALLARDO, R. K.; BRADY, M. P.. **Avoidance behaviors circumventing the sugar-sweetened beverages tax**. Food policy, Vol.105, p.102166, 2021. DOI 10.1016/j.foodpol.2021.102166. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306919221001469?via%3Dihub>. Acesso em: 18 Abr. 2024.

## ANEXO - Relação e Detalhamento dos Artigos Perquiridos

Título	Resumo	Referências bibliográficas	Marco Temporal
Do sin tax hikes spur cheating in interpersonal exchange?	We study the New York City taxi market to examine whether an excise tax hike on cigarettes corresponds to smoker taxi drivers more frequently cheating their customers. Increased cheating could be motivated by both financial pressures and as a reaction to unfair treatment (as surveyed smokers view cigarette tax hikes as quite unfair). We examine this question using detailed ride-level data where we can identify a rare but fraudulent overcharging technique (cheating) and a subsample of taxi drivers who smoke (affected taxpayers, identified via tickets for smoking in a cab). In difference-in-differences regressions we find that following a cigarette tax hike, taxi drivers who smoke are approximately 1.5 times more likely to cheat customers than other drivers. Our findings are strongest in the subsample of smokers with consistently low earnings	David G. Kenchington, Thomas D. Shohfi, Jared D. Smith, Roger M. White. <i>Do sin tax hikes spur cheating in interpersonal exchange?</i> . Accounting, Organizations and Society, Volume 96, 2022, <a href="https://doi.org/10.1016/j.aos.2021.101281">https://doi.org/10.1016/j.aos.2021.101281</a> .	01/03 - 31/04 de 2009
Price Elasticity of cigarette smoking demand in the Philippines after	The Philippine tobacco excise tax reform law passed in 2012 drastically increased cigarette prices which were historically low.	Cheng KJG, Estrada MAG. <i>Price Elasticity of cigarette</i>	2009-2015

<p>the 2012 Sin Tax Reform Act</p>	<p>A pack of 20 cigarettes costing nine cents (US Dollar) or less was taxed five cents in 2011. When the reform took effect in 2013, each pack was taxed 24 cents which is almost five times the 2011 rate. Alongside the increase in tax is a decline in the prevalence of tobacco use from 28.3% in 2009 to 23.8% in 2015. Seven years since the reform took effect, policymakers are still debating whether the tax introduced was high enough to significantly reduce smoking prevalence. This study estimated the total price elasticity of cigarette demand using regression analyses on the pooled Philippine 2009 and 2015 Global Adult Tobacco Survey data with the excise tax as an instrumental variable. Information from both tax regimes provided the variation in cigarette prices that allowed for the estimation of the price elasticity of smoking participation and intensity. Age, sex, urban residence, educational attainment, employment status, wealth quintile, and media exposure were used as control variables. Results confirm that cigarette demand is inelastic, given that total cigarette price elasticity of demand ranges from -0.56 to -1.10 which means that for every 10% price increase, total cigarette demand declines by 5.6% to 11.0%. This study also provides total price elasticities for</p>	<p><i>smoking demand in the Philippines after the 2012 Sin Tax Reform Act.</i> Prev Med. 2020 May;134:106042. doi: 10.1016/j.ypmed.2020.106042.</p>
------------------------------------	---	---

	<p>different subpopulations. Future studies can use these elasticity estimates to forecast smoking prevalence and provide policy recommendations. • The 2012 Philippine tobacco excise tax reform drastically increased cigarette prices which were historically low. • The reform brought about price variation that can be exploited for the estimation of price elasticity of cigarette demand. • This study used pooled 2009 and 2015 Global Adult Tobacco Survey data. • Endogeneity of price was dealt with through the instrumental variable approach with the tax as the instrument. • Total cigarette price elasticity of demand is -0.56 to -1.10; so for every 10% increase in price, cigarette demand declines by 5.6 to 11.0%</p>		
<p>A dichotomy of smokers in the Philippines following sin tax reform: Distinguishing potential quitters from those unlikely to quit</p>	<p>The Philippine government significantly raised cigarette excise taxes in 2013, following passage of the landmark Sin Tax Reform Act of 2012. As a result, cigarette prices increased substantially. Given varying smokers' responses to the price increase, we examined underlying typologies of Filipino smokers and assessed how these typologies determine smoking intensity. We used cross-sectional data from the 2015 wave of the Philippine Global Adult Tobacco Survey (N = 1,651). To uncover</p>	<p>Cheng KJG, Estrada MAG. <i>A dichotomy of smokers in the Philippines following sin tax reform: Distinguishing potential quitters from those unlikely to quit</i>. PLoS One. 2022 Oct 13;17(10):e0275</p>	<p>2012-2015</p>

<p>typologies, random effects latent class modelling was used on six individual smoker responses (attempting to stop, thinking about quitting, decreasing sticks smoked, switching to cheaper brands, buying in bulk, and asking from others). Bivariate and multivariate analyses were employed to uncover determinants of typologies and smoking intensity. We found two typologies based on smokers' response. The first group, called "potential quitters" (62.62%), is composed of smokers who are more likely to consider quitting and decrease sticks smoked. The second group, called "unlikely to quit" (37.38%), have smokers who opt for price-minimization strategies like switching to cheaper brands, buying in bulk, or asking cigarettes from others. Potential quitters tend to be female, a student, and less nicotine dependent. They smoke up to three fewer sticks than those unlikely to quit, controlling for other factors. Nicotine dependence stood out as the most important predictor of being in the unlikely to quit group. The dominant role of nicotine dependence in determining a smoker's typology points to the need for non-price based measures, such as those targeted towards highly-nicotine dependent smokers, to complement tax-</p>	<p>840. doi: 10.1371/journal.pone.0275840.</p>	
---	--	--

	induced price increases and comprehensively address the smoking problem.		
Understanding why collective action resulted in greater advances for tobacco control as compared to alcohol control during the Philippines' Sin Tax Reform: a qualitative study	<p>Background and aims In 2012, the Philippines passed a law popularly known as the 'Sin Tax Reform'. This law increased excise tax on both tobacco and alcohol. While a victory for public health, the total amount of taxes paid by the tobacco and alcohol industries was an uneven 69–31 split. The primary aim of this study is to explore why collective action of Sin Tax proponents resulted in greater advances for tobacco control as compared with alcohol control.</p> <p>Methods A case study approach was used. Key informant interviews were carried out with 25 individuals from academic, governmental, non-governmental and international organisations and industry who had first-hand knowledge of the Sin Tax policy process, led an organisation that participated in the process and/or possessed expert knowledge of Sin Taxes in the Philippines. Interviews were subsequently transcribed then analysed using inductive coding.</p> <p>Results Four factors contributed to the varying tax treatment of the two industries: (1) absence of advocacy-oriented alcohol control groups, (2) the proponents' 'divide and conquer' strategy, which aimed to prevent the alcohol and tobacco industries</p>	<p>Hoe C, Weiger C, Cohen JE. <i>Understanding why collective action resulted in greater advances for tobacco control as compared to alcohol control during the Philippines' Sin Tax Reform: a qualitative study</i>. BMJ Open 2022;12:e054060. doi: <a href="https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-054060">10.1136/bmjopen-2021-054060</a> <a href="https://bmjopen.bmj.com/content/12/5/e054060">https://bmjopen.bmj.com/content/12/5/e054060</a>.</p>	Indeterminado



	<p>from joining forces, (3) the perception that moderate drinking is acceptable among some of the Sin Tax proponents, public and medical community and (4) a weaker global push for alcohol control. Conclusions Our findings suggest the need to cultivate advocacy-oriented alcohol control civil society organisations, generate consensus at the local and global level regarding the problem definition and policy solutions for alcohol control and consider global instruments to strengthen norms and standards for alcohol control. Given that proponents also negotiated for a lower alcohol tax compared with tobacco due to the concern that the two industries might join forces, it also raises the question of whether or not a health tax bill should tackle more than one health harming product at a time.</p>		
<p>Sweetened beverage taxes: Economic benefits and costs according to household income</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxing sweetened beverages has emerged as an effective nutrition policy.</li> <li>• However, taxes may place a greater economic burden on people with lower incomes.</li> <li>• We assess the financial costs and benefits of these taxes by income level.</li> <li>• Beverage taxes resulted in large net transfer of funds to lower income populations. Taxing sweetened beverages has emerged as an important and effective policy for addressing their overconsumption. However, taxes</li> </ul>	<p>Jessica C. Jones-Smith, Melissa A. Knox, Norma B. Coe, Lina P. Walkinshaw, John Schoof, Deven Hamilton, Philip M. Hurvitz, James Krieger. Sweetened beverage</p>	<p>2017-2018</p>

	<p>may place a greater economic burden on people with lower incomes. We assess the degree to which sweetened beverage taxes in three large US cities placed an inequitable burden on populations with lower incomes by assessing spending on beverage taxes by income after taxes have been implemented, as well as any net transfer of funds towards lower income populations once allocation of tax revenue is considered. We find that while lower income populations pay a higher percentage of their income in beverage taxes, there is no difference in absolute spending on beverage taxes per capita, and that there is a sizable net transfer of funds towards programs targeting lower income populations. Thus, when considering both population-level taxes paid and sufficiently targeted allocations of tax revenues, a sweetened beverage tax may have characteristics of an equitable public policy.</p>	<p>taxes: <i>Economic benefits and costs according to household income</i>. Food Policy, Volume 110, July 2022, 102277.  <a href="https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2022.102277">https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2022.102277</a></p>	
<p>Cost-effectiveness analysis of the 2019 cigarette excise tax reform in the Philippines</p>	<p>In this past decade alone, the Philippines has made major strides in increasing the price of cigarettes. This study estimated the cost-effectiveness of the most recent cigarette price increase of about 29% brought about by Republic Act (RA) 11346 in 2019. A static or a single cohort model was populated with locally-sourced inputs whenever possible. Public</p>	<p>Kent Jason Go Cheng, Miguel Antonio Garcia Estrada. <i>Cost-effectiveness analysis of the 2019 cigarette excise tax reform in the Philippines</i>. Preventive</p>	<p>2019</p>

<p>payer and societal perspectives were taken wherein the former only considered direct costs and tax revenue gained earmarked for the health sector while the latter adds indirect costs in the form of productivity losses. A 7% discount rate was applied. Increasing the price of cigarettes by about 29% was found to prevent about 1961 tobacco-related deaths which translate to about 34,571 disability adjusted life years (DALYs) saved. Savings incurred from hospitalizations prevented and additional excise tax revenues for health was about USD 367 Million. But when productivity losses averted due to the lives saved and the higher cost of hospitalizations were accounted for in the societal perspective, the excise tax reform yielded USD 415 Million net gain. It would save the public payer USD 10,612 per DALY averted while society at large stand to save USD 11,955 per DALY averted. Tax increases like RA 11346 yield significant revenue that can be used towards public health programs. • Recently, the Philippines has made major strides in increasing the cigarette price. • This is the cost effectiveness analysis of the 29% cigarette price increase due to a 2019 law. • A static model was populated with locally-sourced inputs whenever possible. • The</p>	<p>Medicine, Volume 145, April 2021, 106431.  <a href="https://doi.org/10.1016/j.yjmed.2021.106431">https://doi.org/10.1016/j.yjmed.2021.106431</a></p>	
---	---	--

	<p>public payer would save USD 10,612.73 per DALYs averted. • Society at large stand to save USD 11,995.09 per DALY averted.</p>		
<p>The effectiveness of taxes in decreasing candy purchases</p>	<p>• We examine changes in candy purchases due to a tax. • In Colorado, candy containing flour is exempt from the tax. • We find that taxed candy purchases fall by at least 11.2%. • We find no change in tax-exempt candy purchases. We use candy purchase data at the household level to analyze changes in candy purchases due to Colorado's candy tax. Colorado is one of the many states that exempts candy containing flour from their candy tax. To do this, we construct a dataset of monthly household taxed and tax-exempt candy purchases for the years 2009 and 2010 for the Denver, CO and Omaha, NE metros. Difference-in-differences estimates imply that Colorado's candy tax led to a decrease in taxed candy purchases of at least 11.2%, which would translate into a reduction of household body weight of at least one pound during the first year the tax is in effect. Conversely, we find no effect on the purchase of tax-exempt candy.</p>	<p>Kyle A. Hoy, Douglas H. Wrenn. <i>The effectiveness of taxes in decreasing candy purchases.</i> Food Policy, Volume 97, December 2020, 101959. <a href="https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2020.101959">https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2020.101959</a></p>	<p>2009-2010</p>
<p>The effects of an abrupt increase in taxes on candy and soda in Norway: an observational</p>	<p>Fiscal policies are used to promote a healthier diet; however, there is still a call for real-world evaluations of taxes on unhealthy foods and beverages. We aimed to evaluate</p>	<p>Øvrebø, B., Halkjelsvik, T.B., Meisfjord, J.R.. <i>The effects of an abrupt</i></p>	<p>junho 2016 - junho 2018</p>

study of retail sales	<p>the effect of an abrupt increase, of respectively 80 and 40%, in the excising Norwegian taxes on candy and beverages on volume sales of candy and soda. We expected sales to fall. We analyzed electronic point of sale data covering approximately 98% of volume sales of grocery stores in Norway. In two pre-registered models with weekly (log-)sales of taxed candy and soda from 3884 individual stores, we modeled the difference between the jump (discontinuity) in the trend around the time of the increase in taxes and the corresponding jump in the trend in a control season from the previous years (Model 1). In addition, we modeled the difference between the intervention and the control season in their changes in average sales (Model 2). Model 1 showed a 6.1% (one-sided 95% CI: not applicable (NA), 23.4, p-value = 0.26) increase and a - 3.9% (95% CI: NA, 4.9, p-value = 0.23) reduction in the differences in the jump in the trends, for candy and soda, respectively. The second model showed a relative decrease of - 4.9% (95% CI: NA, 1.0, p-value = 0.08) in the average sales of candy and an increase of 1.5% (95% CI: NA, 5.0, p-value = 0.24) in sales of soda. Supplementary analyses suggested that the results were sensitive to clustering on the time dimension. When using two different quasi-</p>	<p>increase in taxes on candy and soda in Norway: an observational study of retail sales. <i>Int J Behav Nutr Phys Act</i> 17, 115, 2020.  <a href="https://doi.org/10.1186/s12966-020-01017-3">https://doi.org/10.1186/s12966-020-01017-3</a></p>
-----------------------	---	--

	<p>experimental designs to model changes in volume sales of taxed candy and soda, we were not able to detect reductions in sales that coincided with an increase in the taxes. Variation across time makes it difficult to detect potentially small changes in sales even when using an entire country's worth of sales data on the level of individual stores. We speculate that the tax increases were too modest to affect the prices to alter sales sufficiently.</p>		
<p>Establishing a tobacco control fund in Vietnam: some learnings for other countries</p>	<p>In response to the need for stable and adequate funding for tobacco control and the shortage of personnel working in the field, the Vietnam Tobacco Control Fund (VNTCF) was established through the Law on Prevention and Control of Tobacco Harms in 2012. In September 2014, VNTCF awarded its first set of grants. Built on the local evidence-based context and needs as well as lessons learnt from other countries, VNTCF adapted best practices with adjustments that fit the country's political, economic and social environment. The key strengths of the VNTCF are the evidence-based model; multisectoral management; clearly dedicated funding mechanism, defined vision, objectives and function; outcomes based mechanism and a multisectoral approach to releasing grants. Although several</p>	<p>Ngan TT, Huyen DTT, Minh HV, Wood L. <i>Establishing a tobacco control fund in Vietnam: some learnings for other countries. Tob Control.</i> 2020 Nov;29(6):709-714. doi: 10.1136/tobacco-control-2019-055166 .</p>	<p>2014-2018</p>

	<p>challenges remain such as insufficient human resources to undertake the workload, complex and cumbersome administrative processes, and limited capacity for tobacco control in the country, VNTCF has achieved several successes. The establishment of VNTCF in Vietnam is a critical milestone within the country's fight against the tobacco epidemic. It showed not only the commitment of the local authorities to the fight but also their determination to ensure sustainable funding for tobacco control activities in Vietnam. Analysing VNTCF's critical success elements, key strengths and challenges is helpful for other countries which want to establish or modify a tobacco control fund.</p>		
<p>The implications of heterogeneous habit in consumer beverage purchases on soda and sin taxes</p>	<p>A new demand model to incorporate variable habit strength. • More habitual consumers display more price inelastic purchasing behavior. • Heavy consumers of addictive products respond less to policies such as sin taxes. • More restrictive models overestimate the effectiveness of beer and soda taxes. In this article, we study the heterogeneity of habit strength in households' demand for regular carbonated sweetened beverages (CSBs) and beer in the United States. A demand model that nests a smooth transition function is</p>	<p>Wenying Li, Jeffrey H. Dorfman. <i>The implications of heterogeneous habit in consumer beverage purchases on soda and sin taxes</i>. Food Policy, Volume 84, 2019, Pages 111-120, ISSN 0306-9192, <a href="https://doi.org/">https://doi.org/</a></p>	<p>Indeterminado</p>

	<p>used to describe habit-based consumption patterns, revealing heterogeneous strengths of habits among households. We find that more habitual consumers, those with a strong preference for a particular product, are not as sensitive to price or expenditure as the aggregate population. This finding is further supported by simulations of the potential effects of soda and beer taxes. We find the aggregate response to soda and beer taxes is smaller than when the influence of habit is assumed to be homogeneous.</p>	<p><a href="https://doi.org/10.1016/j.foodp.2019.03.003">10.1016/j.foodp.2019.03.003</a>.</p>	
<p>Regressive Sin Taxes, with an Application to the Optimal Soda Tax</p>	<p>A common objection to “sin taxes”—corrective taxes on goods that are thought to be overconsumed, such as cigarettes, alcohol, and sugary drinks—is that they often fall disproportionately on low-income consumers. This paper studies the interaction between corrective and redistributive motives in a general optimal taxation framework and delivers empirically implementable formulas for sufficient statistics for the optimal commodity tax. The optimal sin tax is increasing in the price elasticity of demand, increasing in the degree to which lower-income consumers are more biased or more elastic to the tax, decreasing in the extent to which consumption is concentrated among the poor, and decreasing in income effects, because income</p>	<p>Hunt Allcott, Benjamin Lockwood, and Dmitry Taubinsky. <i>Regressive Sin Taxes, With an Application to the Optimal Soda Tax</i>. NBER Working Paper No. 25841 May 2019 JEL No. D9,H0,I1 <a href="http://www.nber.org/papers/w25841">http://www.nber.org/papers/w25841</a></p>	<p>2006-2016</p>



	<p>effects imply that commodity taxes create labor supply distortions. Contrary to common intuitions, stronger preferences for redistribution can increase the optimal sin tax, if lower-income consumers are more responsive to taxes or are more biased. As an application, we estimate the optimal nationwide tax on sugar-sweetened beverages, using Nielsen Homescan data and a specially designed survey measuring nutrition knowledge and self-control. Holding federal income tax rates constant, our estimates imply an optimal federal sugar-sweetened beverage tax of 1 to 2.1 cents per ounce, although optimal city-level taxes could be as much as 60% lower due to cross-border shopping.</p>		
<p>How do consumers respond to “sin taxes”? New evidence from a tax on sugary drinks</p>	<p>It is unclear what the effects of taxes on sugar sweetened beverages (SSBs) are on consumer behaviour and which consumers may be affected the most. We evaluate the effect of the SSB tax introduced in Catalonia (but not in the rest of Spain) in May 2017 using loyalty card data of monthly purchases by 884,843 households from May 2016 to April 2018. Using a Difference-in-Differences approach, we study the SSB tax effect on the purchased quantity of beverages and sugar. Our results suggest a reduction in purchases of taxed beverages and a small</p>	<p>Fichera E, Mora T, Lopez-Valcarcel BG, Roche D. <i>How do consumers respond to "sin taxes"? New evidence from a tax on sugary drinks</i>. Soc Sci Med. 2021 Apr;274:113799. doi: 10.1016/j.socsci med.2021.113799. <a href="https://">https://</a></p>	<p>maio 2016 - abril 2018</p>

	<p>increase in purchases of untaxed beverages. Households have substituted taxed beverages with their lower sugar (untaxed) counterparts. This has led to a 2.2% overall reduction in sugar purchases from beverages. Our study implies that although sin taxes moderately change consumer behaviour, a combination of different policies would be required to tackle obesity. •A Sugar Sweetened Beverage tax was introduced in Catalonia in 2017, but not in the rest of Spain. •We use a Difference-in-Differences approach. •We find reductions in high sugar beverage purchases and increases in their low sugar counterparts. •The small reduction in sugar (2.2%) is unlikely to have substantial health effects.</p>	<p><a href="https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.113799">doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.113799</a></p>	
<p>Dynamic preferences and the behavioral case against sin taxes</p>	<p>Traditionally, economists and tax theorists justify taxation by means of externalities. In recent years, both scholars and policymakers have begun advocating ‘sin taxes’ on goods whose consumption causes ‘internalities’: unaccounted-for costs that a person imposes on herself, not on others. In this paper, we argue that sin taxes rest on a static model of individual choice. They retain neoclassical rationality—with its endorsement of stable and context-independent preferences—as a normative benchmark for good, i.e., welfare-increasing choice. We contrast this</p>	<p>Delmotte, Charles and Dold, Malte F.. <i>Dynamic Preferences and the Behavioral Case Against Sin Taxes</i>. Constitutional Political Economy (2021) (with Malte Dold), Available at SSRN: <a href="https://ssrn.com">https://ssrn.com</a></p>	<p>Indeterminado</p>

	<p>model with a more dynamic understanding of choice in which preferences are context-dependent, evolving, and open to individual processes of experimentation. Such a dynamic understanding of choice is backed by recent findings in psychology and behavioral economics and is integral to the political economy of John Stuart Mill. Contributing to the most recent literature in behavioral welfare economics, we argue that the reality of dynamic and evolving preferences animates a contractarian perspective on public policy which, in turn, provides strong arguments against the sin-tax agenda and supports preference-neutral tax rules.</p>	<p>m/abstract=3630617 or <a href="https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3630617">https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3630617</a></p>	
<p>Sin taxes and their effect on consumption, revenue generation and health improvement: a systematic literature review in Latin America</p>	<p>Sin or public health taxes are excise taxes imposed on the consumption of potentially harmful goods for health [sugar-sweetened beverages (SSBs), tobacco, alcohol, among others], aiming to reduce consumption, raise additional revenue and/or improve population health. This paper assesses the extent to which sin taxes (a) can reduce consumption of potentially harmful goods, (b) raise revenue for national health systems and (c) contribute to population health in Latin America. A systematic literature review was conducted on peer-reviewed and grey literature; endpoints included:</p>	<p>Miracolo A, Sophiea M, Mills M, Kanavos P. <i>Sin taxes and their effect on consumption, revenue generation and health improvement: a systematic literature review in Latin America</i>. Health Policy Plan. 2021 Jun 3;36(5):790-810.</p>	<p>2000-2018</p>

<p>impact of raising sin taxes on consumption, ability to raise revenue for health and the possibility of population health improvements. Risk of bias for each study was assessed. The synthesis of the literature on sin tax implementation showed improvements in all three endpoints across the study countries. Following the introduction of sin taxes or by simulating their potential impact, nearly all studies explicitly reported that consumption of potentially harmful goods (mainly SSBs and tobacco) declined; revenue was found to have increased in almost all countries, suggesting that there may be additional scope for further tax increase. Simulated improvements in population health have also been shown, by demonstrating a relationship between sin tax increases and reduction in prevalence of diabetes, stroke, heart attacks and associated deaths. However, sin tax effects on health would be better quantified over the long-term. Data quality and availability challenges did place some limitations on sin tax impact assessment. Sin taxes can be effective in reducing consumption of potentially harmful goods, improve population health and generate additional revenue. Promoting</p>	<p>doi: 10.1093/heapol/czaa168. PMID: 33885782; PMCID: PMC8173601. <a href="https://doi.org/10.1093/heapol/czaa168">https://doi.org/10.1093/heapol/czaa168</a></p>
---	--

	further research on this topic should be a priority.		
Contradictions within the SDGs: are sin taxes for health improvement at odds with employment and economic growth in Zambia	A recurring discussion in the literature relates to the possible contradictions among the Sustainable Development Goals (SDGs). The focus has been on economic goals, such as economic growth and goals related to climate change. We explore the possible contradictions that may arise between economic goals and health goals, specifically, the goal on Non-Communicable Diseases (NCDs) - SDG3.4. As a way to achieve SDG3.4, countries have been urged to introduce sin taxes, such as those on sugar. Yet others have argued that such taxes may affect employment (SDG 8.5), economic growth (SDG 8.1), and increase poverty (SDG1). However, there is limited or no reliable evidence, using actual experience, on the effect of sugar tax on health and economic outcomes. This makes it hard to assess the possible contradictions in SDGs that sugar taxes may generate. Using a conceptual framework on SDGs that views relationships among SDGs as either contradictory, reinforcing, or neutral, we carefully consider whether there are contradictions between SDG 3.4 on one hand and SDG 1, SDG 8.1, and SDG 8.5 on the other hand. We illustrate this using Zambia which recently introduced	Hangoma, P., Surgey, G. <i>Contradictions within the SDGs: are sin taxes for health improvement at odds with employment and economic growth in Zambia</i> . Global Health 15, 82, 2019. <a href="https://doi.org/10.1186/s12992-019-0510-x">https://doi.org/10.1186/s12992-019-0510-x</a>	Indeterminado

an equivalent 3% tax on non-alcoholic beverages, implicitly targeted at sugar-sweetened beverages (SSBs), given the stated goal of reducing NCDs. Concerns are that such a tax would be detrimental to the Zambia sugar value chain which contributes about 6% to GDP, in which case the achievement of SDG 3.4 (health) would be at odds with, or contradict, SDG 1, SDG 8.1, and SDG 8.5 (poverty eradication, economic growth, and creation of employment). We discuss that the existence of contradictions depend on a number of contextual factors, which allows us to make two conclusions about sugar taxation in Zambia. First, the current tax rate of 3% is likely neutral (no contradictions or reinforcing relationships) because it is too low to have any health or employment effects. However, the revenue raised can be reinvested to improve livelihoods. Secondly, the tax rate should be increased but care has to be exercised to ensure that the rate is not too high to generate contradictions. There will be need to carefully assess important parameters such as elasticities and explore alternative economic livelihoods. Without paying due consideration to important contextual factors, Zambia and many LMIC risk experiencing contradictions

	among SDGs.		
Landscaping analysis of immunization progress and program structures in selected middle income Southeast Asian countries	<p>This study examined the performance and structures of national immunization program in five middle-income Southeast Asian countries – Malaysia, Thailand, Philippines, Viet Nam, and Myanmar, and analyzed how the different structures relate to the difference in program performance to identify effective strategies in the study countries that facilitated good immunization performance. Data were derived from published literature, and WHO/UNICEF/Gavi databases, with 2010 as the baseline year. UMICs Malaysia and Thailand maintained <math>\geq 90\%</math> coverage from 2010 to 2020 and even during the COVID-19 pandemic in 2021. LMICs Viet Nam and donor-supported Myanmar also achieved 80–90 % coverage for most routine vaccines in 2020. The Philippines have not reached <math>\geq 90\%</math> coverage since 2010, with the maximum only 72 % (MCV1 and Polio3) in 2020. All study countries prioritize immunization and increased government financing since 2010 by minimum 91 % in Malaysia and 1897 % in Myanmar. However, Myanmar still largely depended on donor support with government financing only 32 % of immunization costs in 2021. The Philippines funds 100 % of immunization costs and ensures sustainable financing for the NIP</p>	<p>Basa JE, Clemens R, Clemens SAC, Nicholson M. <i>Landscaping analysis of immunization progress and program structures in selected middle income Southeast Asian countries</i>. Vaccine. 2024 Apr 2;42(9):2326-2336. <a href="https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2024.02.047">https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2024.02.047</a></p>	2010-2019

	<p>through earmarked “sin tax” revenues from alcohol and tobacco. Donor support influenced new vaccine introductions among the study countries, with Gavi countries Myanmar and Viet Nam introducing more new vaccines, compared to Gavi-ineligible Malaysia and Thailand. The Philippines reported vaccine stock-outs every year amounting to 28 stock-outs events from 2010 to 2019, compared to only 1–4 stockouts in the other study countries. Donor support, innovative financing, and domestic vaccine manufacturing all play an important role in the efficient delivery of immunization services as demonstrated by the several new vaccine introductions and high immunization rates in Myanmar though Gavi and UNICEF support, additional annual \$1.2 billion budget for health and immunization from “sin taxes” in the Philippines, and lack of stockouts for vaccines sourced at affordable prices from domestic manufacturers in Viet Nam.</p>		
<p>The Impact of Soda Taxes: Pass-Through, Tax Avoidance, and Nutritional Effects</p>	<p>The authors analyze the impact of a tax on sweetened beverages using a unique data set of prices, quantities sold, and nutritional information across several thousand taxed and untaxed beverages for a large set of stores in Philadelphia and its surrounding area. The tax is passed through at</p>	<p>Seiler, S., Tuchman, A., &amp; Yao, S.. <i>The Impact of Soda Taxes: Pass-Through, Tax Avoidance, and Nutritional Effects</i>. Journal</p>	<p>janeiro 2015 - setembro 2018</p>



	<p>an average rate of 97%, leading to a 34% price increase. Demand in the taxed area decreases by 46% in response to the tax. Cross-shopping to stores outside of Philadelphia offsets more than half of the reduction in sales in the city and decreases the net reduction in sales of taxed beverages to only 22%. There is no significant substitution to bottled water and modest substitution to untaxed natural juices. The authors show that tax avoidance through cross-shopping severely constrains revenue generation and nutritional improvement, thus making geographic coverage an important policy decision.</p>	<p>of Marketing Research, 58(1), 22-49, 2021.  <a href="https://doi.org/10.1177/0022243720969401">https://doi.org/10.1177/0022243720969401</a></p>	
<p>The effectiveness of sin food taxes: Evidence from Mexico</p>	<p>We measure the effect of a large nationwide tax reform on sugar-added drinks and caloric-dense food introduced in Mexico in 2014. Using scanner data containing weekly purchases of 47,973 barcodes by 8,130 households and an RD design, we find that calories purchased from taxed drinks and taxed food decreased respectively by 2.7% and 3%. However, this was compensated by increases from untaxed categories, such that total calories purchased did not change. We find increases in cholesterol (12.6%), sodium (5.8%), saturated fat (3.1%), carbohydrates (2%), and proteins (3.8%).</p>	<p>Arturo Aguilar, Emilio Gutierrez, Enrique Seira. <i>The effectiveness of sin food taxes: Evidence from Mexico</i>. Journal of Health Economics, Volume 77, 2021, <a href="https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2021.102455">https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2021.102455</a></p>	<p>2013-2014</p>
<p>The effect of</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• We exploit the natural</li> </ul>	<p>Markus</p>	<p>julho 2007 -</p>

<p>changes in alcohol tax differentials on alcohol consumption</p>	<p>experiment of unexpected alcohol tax increases in Illinois. • We find that the tax is over-shifted to consumers by a factor of up to 1.5. • Sales of taxed spirits and wine drop moderately but more so for inexpensive products. • Beer purchases increase, further curbing tax-induced drops in ethanol consumption. We show that tax-induced increases in alcohol prices can lead to substantial substitution and avoidance behavior that limits reductions in alcohol consumption. Causal estimates are derived from a natural experiment in Illinois where spirits and wine taxes were raised sharply and unexpectedly in 2009. Beer taxes were increased by only a trivial amount. We construct representative and consistent measures of alcohol prices and sales from scanner data collected for hundreds of products in thousands of stores across the US. Using several difference-in-differences models, we show that alcohol excise taxes are instantly over-shifted. That is, a \$1 tax increase translates into a price increase of up to \$1.50. We find evidence suggesting that consumers react by switching to less expensive products. In particular, they increase purchases of beer, thus significantly moderating any tax-induced reductions in total ethanol consumption. Our study highlights</p>	<p>Gehrsitz, Henry Saffer, Michael Grossman. <i>The effect of changes in alcohol tax differentials on alcohol consumption</i>. Journal of Public Economics, Volume 204, 2021. <a href="https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2021.104520">https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2021.104520</a></p>	<p>julho 2011</p>
--	--	---	-------------------

	<p>the importance of tax-induced substitution, the implications of differential tax increases by beverage group and the impacts on public health of alternative types of tax hikes whose main aims are to increase revenue.</p>		
<p>The battle to increase tobacco taxes: Lessons from Philippines and Ukraine</p>	<p>While increasing taxes on tobacco is one of the most effective tobacco control measures, its adoption has been slow compared to other tobacco control policies. Given this, there is an urgent need to better understand the political and economic dynamics that lead to its adoption despite immense tobacco industry opposition. The primary aim of this study is to explore the process, actors, and determinants that helped lead to the successful passage of the 2012 Sin Tax Reform Law in the Philippines and the 2017 seven-year plan for tobacco tax increases in Ukraine. Method: Under the guidance of the Advocacy Coalition Framework, we used a case study approach gathering data from key informant interviews (n = 37) and documents (n = 56). Subsequently, cross-case analysis was undertaken to identify themes across the two cases. Results: We found that external events in the Philippines and Ukraine triggered policy subsystem instability and tipped the scale in the favor of tobacco tax proponents. In the Philippines, elections brought forth a new</p>	<p>Hoe C, Weiger C, Cohen JE. <i>The battle to increase tobacco taxes: Lessons from Philippines and Ukraine</i>. Soc Sci Med. 202. doi: 10.1016/j.socscimed.2021.114001.</p>	<p>janeiro 2018 e fevereiro 2019</p>

leader in 2010 who was keen to achieve universal health care and improve tax collection efficiency. In Ukraine, the European Union Association Agreement came into force in 2017 and included the Tobacco Products Directive requiring Ukraine to synchronize its excise taxes to that of the European Union. Exploiting these key entry points, tobacco tax proponents formed a multi-sectoral coalition and used a multi-pronged approach. In both countries, respected economic groups and experts who could generate timely evidence were present and used local as well as international data to counter opponents who also used an array of strategies to water down the tax policies. Conclusions: Findings are largely consistent with the Advocacy Coalition Framework and suggest the need for tobacco tax proponents to 1) form a multi-sectoral coalition, 2) include respected economic groups and experts who can generate timely evidence, 3) use both local data and international experiences, and 4) undertake a multi-pronged approach. • Multisectoral coalitions in both countries involved economic groups and experts. • Local data was critical as it helped enhance the credibility of the arguments. • There is an urgent need to implement policies that

	will help expose corruption.		
The Tax Consequences of Legal Cannabis	<p>We explore the tax revenue consequences of legalizing recreational cannabis in Canada. We build, calibrate, and simulate a two-level nested demand model in which legal and illegal cannabis are differentiated products and that incorporates econometric estimates of critical parameters. First, we find that sales tax and excise tax revenues accruing from legalization may be fully offset by declines in revenues from alcohol and tobacco. Second, and in contrast to excise and sales tax revenue, new revenue will accrue from personal income and corporate profits taxes. Using some available information on the wage structure of cannabis-producing corporations and imposing a Pareto distribution on incomes within the industry, we obtain an estimate of personal income tax revenues. To compute corporate profits tax revenue, we use priors on labour and capital shares and simulate the results of assumptions of debt leverage. We also estimate the private dollar value of legalization to individuals using a utility function approach. Per user, our results suggest a value roughly equal to \$500 per annum. The results of this study may carry over to high-sin-tax economies contemplating legalization.</p>	<p>IRVINE, IAN, and MILES LIGHT. <i>The Tax Consequences of Legal Cannabis</i>. Canadian Public Policy / Analyse de Politiques, vol. 46, no. 3, 2020, pp. 305–22. JSTOR, <a href="https://www.jstor.org/stable/27033451">https://www.jstor.org/stable/27033451</a></p>	2018

<p>Analysing the trend of illicit tobacco in the Philippines from 1998 to 2018</p>	<p>Tobacco taxation is the most effective measure to reduce cigarette consumption and consequently improve public health outcomes. It is also an important source of government revenue. The presence of an illicit tobacco market diminishes the public health and fiscal gains of cigarette levies by making cheaper non-taxed cigarettes available. To date, the research on the extent of illicit tobacco trade in the Philippines, despite its potential to inform policies for controlling the supply of illicit cigarettes, has been limited. This study provides an estimate of the size of the illicit tobacco market in the Philippines from 1998 to 2018. It employs gap analysis comparing an estimate of the survey-based adult cigarette consumption with legally sold cigarettes in the Philippines. The illicit trade estimates are contrasted with the evolution of tax changes. The results show that the illicit cigarette market share dropped by 42% from 2003 to 2008 and by an additional 79% from 2008 to 2013. In spite of the large tax increases by the Philippine government through the Sin Tax Law starting from 2013 until 2018, the illicit share in 2018 remains similar to its 1998 level of 16% of the total market. Hence, our study finds no evidence of a positive relationship between tobacco</p>	<p>Lavares MP, Ross H, Francisco A, Doytch N. <i>Analysing the trend of illicit tobacco in the Philippines from 1998 to 2018</i>. Tob Control. 2022 Nov;31(6):701-706. <a href="https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2020-056253">https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2020-056253</a></p>	<p>1998-2018</p>
--	---	--	------------------

	taxes and size of illicit cigarette market in the Philippines.		
Questioning the regressivity of tobacco taxes: a distributional accounting impact model of increased tobacco taxation	Tobacco taxes, as with other ‘sin taxes’, are generally regarded as a highly cost-effective mechanism to reduce consumption but are often considered by policymakers to be regressive, undermining efforts to fully implement them at levels recommended by the WHO due to concerns of fairness. We aim to demonstrate whether there are circumstances in which the impacts of additional tobacco taxes are not regressive, using a standard income-share accounting definition of tax burden. Methods and findings We apply mathematical modelling and explore the hypothetical distributions in the net change in tobacco taxes and cigarette expenditures by income group, following an increase in tobacco taxation. The hypothetical distribution per income group of additional taxes and cigarette expenditures borne by individuals following tobacco tax hikes was calculated with respect to a selection of parameters including: the change in the retail price of cigarettes, the price elasticity of demand for tobacco, smoking prevalence, cigarette consumption and individual income. We determine the range of hypothetical parameter values for which increased tobacco taxation should not be considered to	Verguet, Stéphane; Kearns, Patrick K A; Rees, Vaughan W. <i>Questioning the Regressivity of Tobacco Taxes: A Distributional Accounting Impact Model of Increased Tobacco Taxation.</i> Tobacco control. 2021. DOI 10.1136/tobacco-control-2019-055315.	Indeterminado

	<p>penalise the poorest income groups when examining marginal cigarette consumption expenditures and using an accounting definition of tax burden. Conclusions Our findings question the doctrine that tobacco taxes are uniformly regressive from a standard income-share accounting view and point to the importance of the specific features of tax policy to shape a progressive approach to tobacco taxation: tobacco tax increases are less likely to be regressive when accompanied by a broad framework of demand-side measures that enhance the capacity of low-income smokers to quit tobacco use.</p>		
<p>Avoidance behaviors circumventing the sugar-sweetened beverages tax</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxes on sugar-sweetened beverages are effective in six U.S. jurisdictions.</li> <li>• The tax efficiency was undermined by substitution and cross-border shopping.</li> <li>• Policy makers should consider tax avoidance in future. Taxes on sugar-sweetened beverages and other types of “sin taxes” are usually introduced at the local level and on the supply side; the efficacy of such taxes is challenged by tax avoidance behavior. In this study, we evaluate the impact of sugar-sweetened beverage taxes in Seattle, WA; Boulder, CO; Cook County, IL (Chicago); Philadelphia, PA, and two cities in the San Francisco Bay Area in California</li> </ul>	<p>Zhang, Qi; McCluskey, Jill J.; Gallardo, R. Karina; Brady, Michael P. <i>Avoidance behaviors circumventing the sugar-sweetened beverages tax</i>. Food policy, Vol.105, p.102166, 2021. DOI 10.1016/j.foodpol.2021.102166.</p>	<p>2015-2018</p>



	<p>(Berkeley and Oakland). We use grocery scanner data relying on a series of difference-in-difference designs. Results show that each cent per ounce of taxes causes the price of the taxed beverages to increase in a range from 0.47 to 0.98 cents/ounce, and the sales quantity of taxed beverages to decrease in a range of 5.1–14.4%. But the efficacy of the sugar-sweetened beverage tax is undermined by two avoidance behaviors: (1) cross-border shopping avoidance, where people shop outside of the taxed area; (2) substitution avoidance, in which people switch from taxed to tax-exempt beverages that are just as high in sugar. The results from this study provide evidence that sugar-sweetened beverage taxes can be effective. However, to enhance the effectiveness of the taxes, policy makers should consider tax avoidance when developing future similar policies.</p>		
<p>Time-inconsistent health behavior and its impact on aging and longevity</p>	<p>We integrate time-inconsistent decision making due to hyperbolic discounting into a gerontologically founded life cycle model with endogenous aging and longevity. Individuals can slow down aging and postpone death by health investments and by reducing unhealthy consumption, conceptualized as smoking. We show that individuals continuously revise their original plans to smoke</p>	<p>Strulik, Holger; Werner, Katharina. <i>Time-Inconsistent Health Behavior and Its Impact on Aging and Longevity.</i> Journal of health economics vol.</p>	<p>Indeterminado</p>

	<p>less and invest more in their health. Consequently, they accumulate health deficits faster and die earlier than originally planned. This fundamental health consequence of time-inconsistency has not been addressed in the literature so far. Because death is endogenous, any attempt to establish the time-consistent first-best solution by manipulating the first order conditions through (sin-) taxes and subsidies is bound to fail. We calibrate the model with U.S. data for an average American in the year 2012 and estimate that time-inconsistent health behavior causes a loss of about 4 years of life. We show how price policy can nudge individuals to behave more healthy such that they actually realize the longevity and value of life planned at age 20.</p>	<p>76. p. 102440.2021. DOI 10.1016/j.jhealec o.2021.102440.</p>	
<p>Heterogenous wealth effects of minimum unit price on purchase of alcohol: Evidence using scanner data</p>	<p>One of the key arguments given to oppose the "sin taxes" is that they are regressive in nature and place disproportionately higher cost on the poor thereby reducing their net wealth. The response to a reduction in net wealth attributed to tax can potentially have significant effects through an increase in alcohol purchase by heavy drinkers reinforcing or even offsetting the direct price or substitution effect of these taxes in reducing alcohol consumption. Comparatively little is known empirically about the net wealth</p>	<p>Sharma, Anurag; Vandenberg, Brian. <i>Heterogenous Wealth Effects of Minimum Unit Price on Purchase of Alcohol: Evidence Using Scanner Data.</i> PloS one, Vol.14, 2019 . DOI 10.1371/journal.</p>	<p>2010-2011</p>

<p>effect associated with changes in alcohol tax policy, and this study aims to help fill this gap in the literature. In this study we aim to estimate how the wealth effects of introducing a minimum unit price (MUP) of A\$2.00 per standard drink vary over the distribution (quantiles) of alcohol consumers. The data used in this study is a longitudinal panel of 1,395 households' daily alcohol purchases (scanner data) recorded over a full year. Our analysis involves (i) quantile regression to estimate income elasticity over the distribution of consumption, and (ii) using these elasticities to estimate the potential wealth effects of a hypothetical change in alcohol prices from introducing an MUP policy. We control for consumer demographic characteristics, alcohol product prices and prices of close substitutes, and quarterly seasonal effects. We find that the estimated wealth effect from increasing the price of alcohol under a MUP policy is not significant at any point over the distribution of alcohol consumers. The policy increases per capita tax impact by less than A\$5.00 per week for light/moderate consumers (50th-80th quantile) and decreases their daily per capita alcohol consumption by less than 0.02 standard drinks. Wealth effects</p>	pone.0225538.	
---	---------------	--

	<p>attributable to an MUP policy are likely to be negligible. Substitution effects of the policy dominate the wealth effects in generating key health related outcomes such as reductions in alcohol consumption.</p>		
<p>Distributional effects of gambling taxes: empirical evidence from Italy</p>	<p>Deep changes have taken place in the regulation of Italy's gambling market during the last decade, making it by far the largest in Europe. Tax revenues from the gambling sector raised by the State have grown sharply, reaching more than € 10 billion, corresponding to more than 2% of total tax revenues. Concurrently with these developments, concerns have arisen over the distributional effects of taxes applied to gambling, given that it is internationally recognized that poorer individuals are more attracted to gambling. At present very little is known in Italy about the economic effects of gambling taxes and about their potential regressivity also in comparison with other sin taxes. The aim of this study is to increase our understanding of the incidence of these taxes, comparing the results with those obtained for a selection of other sin and consumption goods. After thoroughly investigating the gambling taxation scheme applied in Italy, we exploit two-part models to study the relationship between gambling tax paid by households</p>	<p>Gandullia, Luca; Leporatti, Lucia. <i>Distributional Effects of Gambling Taxes: Empirical Evidence from Italy</i>. Journal of economic inequality. Vol.17, p.565–590.2019. DOI 10.1007/s10888-019-09423-9 .</p>	<p>2014</p>

	<p>and their socio-economic status, measured, alternatively, in terms of income and expenditure. The analysis shows that gambling taxes are highly regressive and opens important questions on possible reforms of the current system. Despite its focus on the Italian context, the analysis offers new insights also for those European countries that in last years have been involved in a process of progressive deregulation of the gambling sector.</p>		
<p>Does fiscal policy spur environmental issues? New evidence from selected developed countries</p>	<p>In this study, we investigate the effects of fiscal policies on the environment with annual frequency period from 1972 to 2017 data for countries such as Australia, Chile, Finland, the UK, and Sweden. This study leverages on second-generation unit root tests, bootstrap cointegrated test, and long-run coefficient estimators suitable for heterogeneous panels under review. Empirical results of the long-run coefficient estimators are consistent with economic-environmental intuition and extant literature. However, in terms of fiscal policy, these results do not provide any evidence of the expected mitigating effects on environmental pollution in any country. Our main findings show that revenue policy does not go beyond funding government expenditure in these countries. Based on these results, we</p>	<p>Özmen, İ.; Özcan,G; Özcan,C. C.; Bekun F. V. <i>Does Fiscal Policy Spur Environmental Issues? New Evidence from Selected Developed Countries.</i> International journal of environmental science and technology. Volume 19, pages 10831–10844. 2022. DOI 10.1007/s13762-022-03907-4.</p>	<p>1972-2017</p>

	propose two new concepts to the literature on carbon taxes. We call these concepts New Environmental Sin Taxes and Global Environmental Debts. We base this result on the argument that regional solutions to global problems are insufficient.		
PO 8569 INNOVATIVE DOMESTIC FINANCING FOR HEALTH RESEARCH & DEVELOPMENT IN THE EAST AFRICAN COMMUNITY	Background Access to domestic financial resources is a prerequisite for strengthening health research and development (R&D). Therefore, the East African Health Research Commission (EAHRC) commissioned a study to assess the financial needs of the East African Community (EAC) region and propose innovative domestic financing mechanisms for R and D in East Africa. Methods This study used a four-pronged approach as follows: a desk review of secondary data, followed by a survey to collect quantitative data from health R&D organisations and relevant ministries, followed by key informant interviews and, finally, a validation workshop. The study used 2014–2015 as the baseline year. Results Only 51 out of 160 organisations responded to the survey. Using triangulation of desk reviews, national budgets documents and reported organisational budgets, the annual investment in health R&D in the EAC is estimated at USD 301.71 million of which 86% is financed from external sources. The share	Ngirabega, Jean De Dieu; Twungubumwe , N; Pulakkal, Nandan K; Bahati, Prince N; Kamali, Anatoli, Kibiki, Gibson S. PO 8569 <i>Inovativative domestic financing for health research e development in the east African community.</i> BMJ global health 4.Suppl 3 (2019): A55. DOI 10.1136/bmjgh- 2019-EDC.144.	2014-2015

	<p>of health R&amp;D financing in the GDP and health budget stood at 0.21% and 1.27% respectively, while the share of domestic financing of health R&amp;D to GDP was as low as 0.03% The innovative domestic financing options suggested included: allocation of 10% of the USD 560 million of the sin-taxes collected; taxing 1% of the estimated USD 3 billion from inward remittances; fundraising for at least 2.5% of the USD 18.67 private sector investment in corporate social responsibility; issuing social impact bonds and the EAC Health Research Fund with an estimated annual performance of USD 20 million. Conclusion In order to sustain health R&amp;D investments in EAC, the EAHRC proposes to develop a 10 year domestic financing roadmap using a strategic mix of tax- and non-tax-based innovations.</p>		
<p>An umbrella review of the effectiveness of fiscal and pricing policies on food and non-alcoholic beverages to improve health</p>	<p>Poor quality diets represent major risk factors for the global burden of disease. Modeling studies indicate a potential for diet-related fiscal and pricing policies (FPs) to improve health. There is real-world evidence (RWE) that such policies can change behavior; however, the evidence regarding health is less clear. We conducted an umbrella review of the effectiveness of FPs on food and non-alcoholic beverages in influencing health or intermediate outcomes like</p>	<p>Barry, Luke E.; Kee, Frank ; Woodside, Jayne ; Clarke, Mike ; Cawley,John ; Doherty,Edel; Crealey, Grainne E. ; Duggan,Jim ; O'Neill,Ciaran . <i>An umbrella review of the effectiveness of</i></p>	<p>Indeterminado</p>

	<p>consumption. We considered FPs applied to an entire population within a jurisdiction and included four systematic reviews in our final sample. Quality appraisal, an examination of excluded reviews, and a literature review of recent primary studies assessed the robustness of our results. Taxes and, to some extent, subsidies are effective in changing consumption of taxed/subsidized items; however, substitution is likely to occur. There is a lack of RWE supporting the effectiveness of FPs in improving health but this does not mean that they are ineffective. FPs may be important for improving health but their design is critical. Poorly designed FPs may fail to improve health and could reduce support for such policies or be used to support their repeal. More high-quality RWE on the impact of FPs on health is needed.</p>	<p><i>fiscal and pricing policies on food and non-alcoholic beverages to improve health.</i> Wiley On. library. Vol. 24, Issue7.e13570. 2023. DOI 10.1111/obr.13570.</p>	
<p>Using supermarket loyalty card data to measure the differential impact of the UK soft drink sugar tax on buyer behaviour</p>	<p>This paper explores the impact of the soft drinks sugar tax introduced in the UK in 2018 on the purchasing behaviours of different geo-demographic consumer segments. We analyse data for a composite good comprising the most popular sugar-sweetened drinks (SSDs) using loyalty card data from one of the UK's largest supermarkets. We use pre-levy data to predict the effect of the tax and corroborate our predictions by analysing actual consumption of</p>	<p>Fearne, Andrew ; Borzino, Natalia; Iglesia, De La Beatrix; Moffatt, Peter; Robins, Margaret. <i>Using supermarket loyalty card data to measure the differential</i></p>	<p>Indeterminado</p>



	<p>the composite good in the first 5 months post-levy. The results show that the impact of the sugar tax is likely to have the desired effect of reducing the purchase of SSDs. Moreover, though the impact of the tax is likely to vary across different geo-demographic segments, the evidence suggests that its impact is likely to be greatest on the most vulnerable market segments – families on low incomes – who are among the highest consumers of SSDs in the UK.</p>	<p><i>impact of the UK soft drink sugar tax on buyer behaviour.</i> Journal of Agricultural Economics. 2021. DOI 10.1111/1477-9552.12462.</p>	
--	--	---	--